



CONCURSO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO
DO PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

Execução de Operações Integradas de Gestão da Paisagem

Pinhal Natural

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Operações Integradas de Gestão da Paisagem

CLPQI/1/2025

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

JUNHO 2025

ÍNDICE	
CAPÍTULO I.....	5
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
Artigo Primeiro.....	5
Identificação e objeto do procedimento.....	5
Artigo Segundo.....	6
Entidade adjudicante.....	6
Artigo Terceiro.....	6
Órgão que tomou a decisão de contratar e da escolha do procedimento.....	6
Artigo Quarto.....	6
Preço Base.....	6
Artigo Quinto.....	7
Fases do Procedimento.....	7
APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS.....	7
Artigo Sexto.....	7
Consulta e disponibilização das peças do procedimento.....	7
Artigo Sétimo.....	8
Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento.....	8
CAPÍTULO II.....	9
QUALIFICAÇÃO.....	9
Artigo Oitavo.....	9
Candidatos.....	9
Artigo Nono.....	10
Agrupamentos.....	10
Artigo Décimo.....	11
Critérios de qualificação.....	11
CAPÍTULO III.....	12
APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS.....	12
Artigo Décimo Primeiro.....	12
Formalização e Modo de Apresentação das candidaturas.....	12
Artigo Décimo Segundo.....	15
Lista de Candidatos.....	15
ESCLARECIMENTOS SOBRE OS DOCUMENTOS DESTINADOS À QUALIFICAÇÃO.....	15

CAPÍTULO IV	15
Artigo Décimo Terceiro	15
Relatório Preliminar da Fase de Qualificação	15
Artigo Décimo Quarto	16
Audiência Prévia dos Candidatos	16
Artigo Décimo Quinto	16
Relatório Final da Fase de Qualificação	16
Artigo Décimo Sexto	16
Decisão de Qualificação	16
Artigo Décimo Sétimo	17
Notificação da Decisão de Qualificação	17
CAPÍTULO V	17
PROPOSTAS	17
Artigo Décimo Oitavo	17
Prazo	17
Artigo Décimo Nono	17
Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas	17
Artigo Vigésimo	18
Proposta e documentos	18
Artigo Vigésimo Primeiro	19
Propostas variantes	19
Artigo Vigésimo Segundo	19
Modo de apresentação da proposta	19
Artigo Vigésimo Terceiro	21
Abertura de propostas	21
Artigo Vigésimo Quarto	21
Prazo da obrigação de manutenção da proposta	21
Artigo Vigésimo Quinto	22
Critério de adjudicação	22
Artigo Vigésimo Sexto	22
Preço e preço anormalmente baixo	22
Artigo Vigésimo Sétimo	23
Esclarecimentos e suprimentos das propostas	23
Artigo Vigésimo Oitavo	24

Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final	24
Artigo Vigésimo Nono	25
Adjudicação.....	25
Artigo Trigésimo.....	26
Documentos de habilitação e modo de apresentação	26
Artigo Trigésimo Primeiro.....	28
Caução	28
Artigo Trigésimo Segundo	28
Minuta e outorga do contrato	28
Artigo Trigésimo Terceiro	29
Despesas e encargos	29
Artigo Trigésimo Quarto.....	29
Informação sobre proteção de dados pessoais	29
Artigo Trigésimo Quinto	30
Impugnações administrativas	30
Artigo Trigésimo Sexto.....	31
Notificações e comunicações.....	31
Artigo Trigésimo Sétimo	31
Prevalência.....	31
Artigo Trigésimo Oitavo	31
Legislação aplicável.....	31
ANEXO I	32
Documento Europeu Único de Contratação Pública	32
ANEXO II	33
Minuta da Proposta	33
ANEXO III	34
Modelo de declaração	34
ANEXO IV	35
Modelos de Prestação da Caução (se aplicável)	35
ANEXO V	38
Lista de preços unitários.....	38

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo Primeiro

Identificação e objeto do procedimento

1. O presente procedimento de concurso limitado por prévia qualificação, com publicação no JOUE da alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), tem por objeto a aquisição de serviços de agricultura e silvicultura no âmbito de execução das ações previstas na Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP), no âmbito da execução da candidatura decorrente do Aviso PRR Nº 03/C08-I01.01/2022, aprovada pelo Fundo Ambiental e é constituído pelos seguintes lotes, cujas especificidades e características técnicas se encontram melhor definidas no caderno de encargos:

- a) Lote 1: OIGP Penafalcão
- b) Lote 2: OIGP Alvito
- c) Lote 3: OIGP Fórneas
- d) Lote 4: OIGP Corgas

Fonte de financiamento dos contratos: Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

2. Os concorrentes podem concorrer a um, ou a mais do que um, dos lotes objeto do presente concurso, podendo apenas ser adjudicado um máximo de dois lotes, a cada concorrente, devendo, no entanto, apresentar proposta para a prestação de todos os serviços que integram cada um do(s) lote(s) a que concorrem.
3. Os concorrentes podem apresentar proposta para os quatro lotes, devendo apresentar declaração identificando os lotes para os quais têm preferência na eventual adjudicação.
4. As áreas colocadas a concurso em cada um dos lotes, correspondem à área total a intervencionar, caso não seja possível, por circunstâncias alheias à vontade do concorrente, a intervenção na totalidade da área colocada a concurso, o preço a pagar será ajustado em função da área efetivamente intervencionada, será sempre considerado necessária a intervenção, no mínimo, em 30% da área colocada a concurso por cada um dos lotes.

5. O presente procedimento destina-se à formação de quatro contratos, um por cada lote a concurso.

6. Os serviços objeto do presente concurso são classificados com o código 77000000-0 de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), correspondente à descrição de serviços de agricultura, silvicultura, horticultura, aquicultura e apicultura, conforme indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Artigo Segundo

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é Pinhal Natural - Serviços de Consultoria e Comércio de Produtos Regionais, Unipessoal Lda., pessoa coletiva n.º 510263097, sita em Rua D. Nuno Álvares Pereira, N.º 1 6100-654 Sertã, com o endereço eletrónico pnatural@pinhalmaior.pt

Artigo Terceiro

Órgão que tomou a decisão de contratar e da escolha do procedimento

1. A decisão de contratar foi tomada por documento de tomada de decisão do gerente, datado de 25 de fevereiro de 2025, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º, bem como do artigo 38.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.
2. Nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, adota-se a figura do concurso limitado por prévia qualificação com publicação no JOUE.

Artigo Quarto

Preço Base

1. O preço base do procedimento foi fixado em 13 465 032,43 € (treze milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil trinta e dois euros e quarenta e três cêntimos), significando este o montante máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar,

desagregado pelos valores máximos parciais de seguida indicados (valores sem IVA), e referentes aos diferentes lotes:

Lote 1 – 3 263 225,86 € (três milhões duzentos e sessenta e três mil duzentos e vinte e cinco euros e oitenta e seis cêntimos)

Lote 2 – 3 850 949,17 € (três milhões oitocentos e cinquenta mil novecentos e quarenta e nove euros e dezassete cêntimos)

Lote 3 – 4 025 406,80 € (quatro milhões vinte e cinco mil quatrocentos e seis euros e oitenta cêntimos)

Lote 4 - 2 325 450,57 € (dois milhões trezentos e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta euros e cinquenta e sete cêntimos).

2. O preço Base resulta das quantidades a adquirir ao preço unitário máximo constante do Anexo V.

Artigo Quinto

Fases do Procedimento

O procedimento de concurso limitado por prévia qualificação integra as seguintes fases:

- a) Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos;
- b) Apresentação e análise das propostas e adjudicação;

APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Artigo Sexto

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento do concurso público são o anúncio, o presente programa de concurso e os seus anexos, bem como o caderno de encargos e os seus anexos e o convite.
2. O presente procedimento é tramitado, integralmente, na plataforma eletrónica acinGov, utilizada pela entidade adjudicante, com o seguinte endereço <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica (exceto se se verificar uma das situações previstas no n.º 5 do artigo 62.º do CCP).

3. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
4. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.
5. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma. Sempre que ocorram problemas técnicos na rede pública ou na plataforma eletrónica que impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a prática de qualquer ato que, nos termos do CCP, deva ser praticado na plataforma eletrónica, a entidade adjudicante, por iniciativa própria ou a solicitação dos concorrentes, deve tomar todas as medidas necessárias de forma a que os interessados não sejam prejudicados, podendo, nomeadamente, prorrogar o prazo para a prática desses mesmos atos, o qual aproveita a todos os interessados.

Artigo Sétimo

Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento

1. A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é da competência do júri do procedimento.
2. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.
3. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;

- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
- a) O júri nomeado para efeitos do presente concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

CAPÍTULO II

QUALIFICAÇÃO

Artigo Oitavo

Candidatos

Podem candidatar-se ao presente concurso pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras e ainda agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação. Sem prejuízo do disposto no

artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo Nono

Agrupamentos

1. A candidatura pode ser apresentada por um agrupamento de concorrentes, constituído por pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07.
5. Os agrupamentos candidatos, na instrução da sua candidatura, deverão indicar as empresas que constituem o seu “núcleo” e indicar a participação relativa de cada empresa do agrupamento ou consórcio, em termos percentuais.
6. Para efeitos do presente concurso, entende-se por “núcleo” de um candidato, constituído por um agrupamento de empresas, o conjunto mínimo de empresas que executará mais de 60% do valor total dos serviços.

Artigo Décimo

Critérios de qualificação

1. Capacidade técnica: Serão qualificados os candidatos que demonstrem possuir, relativamente ao lote que pretendem concorrer e de forma cumulativa, os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica e experiência:

- i) possuam um dos seguintes CAE 2100, 2400 e 1610;
- ii) detenham autorização de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos;
- iii) quanto à qualificação técnica e experiência curricular da equipa a afetar à prestação de serviços:

- a. 1 (um) coordenador técnico geral com licenciatura na área das ciências florestais ou agrícola com formação em sistemas de informação geográfica, inscrito na ordem profissional e com mais de 7 anos de experiência, perfeitamente adequada aos trabalhos objeto do presente procedimento;
- b. 1 (um) técnico agroflorestal, com licenciatura na área das ciências florestais ou agrícola, e com mais de 3 anos de experiência, perfeitamente adequada aos trabalhos objeto do presente procedimento.

iv) Quanto à qualificação técnica relacionada com os equipamentos e maquinaria a afetar à prestação de serviços, devem ser considerados, como mínimo, os seguintes meios mecânicos por lote:

- a. Lote 1: OIGP Penafalcão: 449,57ha – 7 (sete) tratores/máquinas;
- b. Lote 2: OIGP Alvito: 526,84ha - 9 (nove) tratores/máquinas;
- c. Lote 3: OIGP Fórneas: 517,51ha - 9 (nove) tratores/máquinas;
- d. Lote 4: OIGP Corgas: 300,12ha - 5 (cinco) tratores/máquinas;

Cada lote deverá dispor, no mínimo, de equipamentos que contemplem as seguintes três tipologias técnicas:

- i) Trator industrial de lagartas, com potência mínima de 160 a 190 cv, equipado com grade ou corta-matos, e apto a realizar operações de ripagem, subsolagem e execução de vala e cômoro;
- ii) Máquina giratória (escavadora) equipada com enxó;

iii) Trator agrícola, com potência mínima entre 100 e 120 cv.

Adicionalmente, cada lote deverá dispor de equipamento manual e moto-manual adequado à execução das operações contratualizadas.

2. Capacidade Financeira: Os candidatos devem deter, sob pena de exclusão, os seguintes requisitos mínimos:

i) experiência de envolvimento na execução de contratos de natureza ou com um objeto similar, cujo montante acumulado seja equivalente a, pelo menos, o dobro do valor contratual atribuído ao lote de valor mais baixo.

3. No caso de o candidato ser constituído por um agrupamento de empresas considera-se que os requisitos mínimos de capacidade técnica podem ser cumpridos por uma só entidade ou conjuntamente pelos seus membros. Os requisitos mínimos de capacidade financeira podem ser cumpridos por uma só entidade ou por todos, mas não se complementam entre si.

4. Para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, quando o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por uma declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar as prestações do objeto do contrato a celebrar.

5. Adota-se o modelo de qualificação simples, qualificando-se todos os concorrentes que reúnam os requisitos solicitados.

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Artigo Décimo Primeiro

Formalização e Modo de Apresentação das candidaturas

1. A candidatura é constituída pelos seguintes documentos destinados à qualificação dos concorrentes, sob pena de exclusão da mesma.

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (Anexo I)

- b) Lista das prestações de serviços para efeitos de comprovativo do previsto no ponto i) do n.º 2 do Artigo anterior, com identificação da entidade adjudicante, bem como das datas de início e conclusão dos serviços e descrição sumária das atividades e valores dos contratos acompanhadas de declarações abonatórias emitidas pelas entidades adjudicantes desses serviços.
 - c) Lista do pessoal técnico a afetar à prestação dos serviços para efeitos do previsto no ponto iii do n.º 1 do Artigo anterior, acompanhados dos respetivos CV e certificados de habilitações que comprovem os requisitos de qualificação exigidos;
 - d) Lista dos equipamentos e maquinaria a afetar à prestação de serviços para efeitos do previsto no ponto iv do n.º 1 do artigo anterior, acompanhada do Mapa de Imobilizado ou Ficha de Ativos Fixos Tangíveis, bem como dos Documentos de Registo (DUA – Documento Único Automóvel, para tratores e máquinas com matrícula nacional, ou documentos equivalentes emitidos no país de origem, no caso de equipamentos com matrícula estrangeira) que comprovem os requisitos de qualificação exigidos;
 - e) Declaração comprovativa da autorização de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos.
 - f) Declaração comprovativa dos CAE's;
- 2. Todas as declarações referidas no número precedente devem ser subscritas por quem tenha poderes de vinculação dos candidatos.
 - 3. Todas as informações e dados contidos nos documentos apresentados devem, sempre que tal se justifique, nomeadamente em caso de dúvida sobre a sua exatidão e ou veracidade, poder ser confirmados por documentos adicionais, solicitados pelo júri ao candidato ou a terceiras entidades.
 - 4. Os documentos previstos no número anterior, se existirem, passarão a fazer parte integrante das respetivas candidaturas.
 - 5. Os documentos de qualificação dos candidatos devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, caso não o sejam, devem ser acompanhados da respetiva tradução devidamente legalizada.
 - 6. A participação no concurso depende de prévia inscrição na plataforma indicada no n.º 2 do Artigo 6.º, ficando desde logo registada a identificação da pessoa de contacto e o endereço eletrónico do candidato.

7. Todos os documentos apresentados na plataforma devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada legalmente admissível.
8. As candidaturas devem ser apresentadas até às 23h.59m do 30.º dia a contar do envio do anúncio para publicação no Diário da República e no JOUE.
9. Dentro daquele prazo os interessados que já tenham apresentado, podem retirá-las sempre que pretendam apresentar uma nova candidatura.

Artigo Décimo Segundo

Lista de Candidatos

1. O júri do concurso no dia útil subsequente ao termo do prazo para apresentação das candidaturas, procede à publicação da lista dos candidatos na plataforma eletrónica indicada no n.º 2 do Artigo 6.º do presente programa de procedimento.
2. Os candidatos incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as candidaturas identificadas na plataforma.
3. O(s) interessado(s) que não tenha(m) sido incluído(s) na lista de candidatos pode(m) reclamar desse facto, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo tempestivo da sua candidatura.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

CAPÍTULO IV

ESCLARECIMENTOS SOBRE OS DOCUMENTOS DESTINADOS À QUALIFICAÇÃO

Artigo Décimo Terceiro

Relatório Preliminar da Fase de Qualificação

1. Após a análise dos documentos de habilitação apresentados pelos concorrentes, o júri elabora um relatório preliminar, no qual são identificados os candidatos que reúnem os requisitos de qualificação fixados nas peças do procedimento.
2. O relatório deve conter a fundamentação individualizada da proposta de qualificação ou exclusão de cada candidato.
3. O relatório é disponibilizado a todos os candidatos, através da plataforma eletrónica utilizada no procedimento.

Artigo Décimo Quarto

Audiência Prévia dos Candidatos

1. Os candidatos dispõem de um prazo de 5 dias úteis a contar da disponibilização do relatório preliminar para, querendo, se pronunciarem no exercício do direito de audiência previa.
2. As pronúncias apresentadas devem ser submetidas exclusivamente pela mesma plataforma eletrónica e dentro do prazo fixado.
3. Decorrido o prazo, o júri apreciará as pronúncias apresentadas, podendo manter ou alterar a sua proposta inicial.

Artigo Décimo Quinto

Relatório Final da Fase de Qualificação

1. Concluída a fase de audiência prévia, o júri elabora um relatório final da fase de qualificação, contendo a decisão fundamentada sobre os candidatos qualificados e não qualificados.
2. O relatório final é submetido à Entidade Adjudicante para efeitos de homologação, quando aplicável, nos termos legais.

Artigo Décimo Sexto

Decisão de Qualificação

1. A decisão sobre a qualificação dos candidatos, resultante do relatório final, determina quais os concorrentes que ficam habilitados a apresentar proposta na fase seguinte do procedimento.
2. Esta decisão é tomada pela Entidade Adjudicante, sob proposta do júri, podendo ser objeto de impugnação nos termos legais aplicáveis.

Artigo Décimo Sétimo

Notificação da Decisão de Qualificação

1. A decisão de qualificação é notificada a todos os candidatos, através da plataforma eletrónica, com indicação expressa dos fundamentos da decisão relativamente a cada um.
2. Da notificação deve constar a data a partir da qual se inicia o prazo para apresentação das propostas, bem como qualquer outro elemento necessário à transição para a fase seguinte do procedimento.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

CAPÍTULO V

PROPOSTAS

Artigo Décimo Oitavo

Prazo

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, diretamente pelo concorrente ou seu representante, através da plataforma eletrónica identificada no n.º 2 do Artigo 6.º, até às 23h59m do vigésimo primeiro dia posterior ao envio do convite.
2. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número um, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

Artigo Décimo Nono

Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões no Diário da República e JOUE e aproveitam a todos os interessados.

Artigo Vigésimo

Proposta e documentos

1. A proposta, considerada como tal a declaração negocial pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (Anexo I)
 - b) Documentos que contenham os atributos da proposta por Lote:
 - i) Proposta contratual, que deve obedecer ao disposto no n.º 1 do artigo 58.º e nos artigos 62.º e 66.º do CCP, e elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II a este programa de procedimento (Minuta da proposta), do qual faz parte integrante;
 - ii) Lista de preços unitários propostos de valor igual ou inferior aos previstos, em conformidade com o modelo constante do Anexo V a este programa de procedimento, do qual faz parte integrante;
 - iii) Quaisquer outros documentos que o (os) concorrente (s) considere (em) relevante (s) para melhor esclarecimento dos atributos da proposta.

2. O preço da proposta é expresso em euros, por extenso e algarismos, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso;
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
4. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante(s) que tenha(m) poderes para o(s) obrigar, de acordo com o n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem através de uma das modalidades admitidas.
6. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.
7. Os documentos da proposta serão, obrigatoriamente, redigidos em português.

Artigo Vigésimo Primeiro

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

Artigo Vigésimo Segundo

Modo de apresentação da proposta

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica identificada no n.º 2 do Artigo 6.º até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento.

2. As propostas devem ser assinadas e submetidas na plataforma eletrónica com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17/08.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato zip ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes, nos termos da lei, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP, caso não procedam ao suprimento das irregularidades formais, no prazo estipulado pelo júri, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 18.º deste programa do procedimento, conjugado com a alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.
7. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do site onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos site e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública identificada no n.º 2 do Artigo 6.º pode a entidade adjudicante exigir ao

concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Artigo Vigésimo Terceiro

Abertura de propostas

1. O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica identificada no n.º 2 do Artigo 6.º.
2. Mediante a atribuição de um nome de utilizador e de uma palavra-passe aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente Artigo.

Artigo Vigésimo Quarto

Prazo da obrigação de manutenção da proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo Vigésimo Quinto

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade monofator, enquanto único aspeto da execução do(s) contrato(s) a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º CCP.
2. A proposta considerada economicamente mais vantajosa será aquela que apresentar o preço mais baixo.
3. Na lista de preços unitários deve especificar-se as quantidades e/ as unidades de medida, de modo a tornar as propostas comparáveis e apurar a proposta economicamente mais vantajosa no que diz respeito ao fator preço.
4. Em caso de empate entre propostas, a ordenação das mesmas será efetuada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação a realizar através da plataforma eletrónica.

Artigo Vigésimo Sexto

Preço e preço anormalmente baixo

1. Para a prestação de serviços o preço base é de 13 465 032,43 € (treze milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil trinta e dois euros e quarenta e três cêntimos). Este preço base resulta do somatório dos preços unitários para cada um dos lotes a concurso, que se discrimina no anexo V.
2. O preço acima referido será o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar. Admite-se, no entanto, a execução parcial dos serviços sendo o preço a pagar ajustado, proporcionalmente e em conformidade, com os trabalhos realizados, no entanto, a execução parcial nunca poderá ser inferior a 30% da totalidade da área de intervenção colocada a concurso, para cada um dos lotes.
3. Define-se como preço anormalmente baixo o valor de 30% igual ou inferior ao preço base.
4. O critério fixado resulta da análise efetuada aos preços de mercado para prestações do mesmo tipo e das tabelas normalizadas de custos unitários bem como pela Comissão

de Acompanhamento para as Operações Florestais (CAOF) e tabelas normalizadas de custos unitários da Orientação Técnica (OT) n.º 03/C08/I01.01/2022, conducentes à fixação do preço base.

5. A fixação do preço anormalmente baixo tem como objetivo não colocar em risco a perfeita e atempada execução e conclusão dos trabalhos, não permitindo que o contrato se celebre por um valor inferior ao custo efetivo dos trabalhos, garantindo-se a obtenção de um preço contractual considerado apto a assegurar o equilíbrio financeiro do contrato.

Artigo Vigésimo Sétimo

Esclarecimentos e suprimientos das propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes os esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:
 - a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos I e V ao Código de Contratação Pública ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
 - b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
 - c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais

podem ser suprimidas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

4. O não suprimimento pelo concorrente das irregularidades das propostas, referidas no número anterior, no prazo fixado para o efeito constitui contraordenação grave punível com coima, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 457.º do CCP.
5. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
6. Os pedidos do júri indicados neste artigo e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica identificada no n.º 2 do Artigo 6.º, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo Vigésimo Oitavo

Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente programa de procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP.
3. Caso todas as propostas sejam excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, desde que (pressupõe que estejam reunidos todos os pressupostos constantes do artigo 70.º n.º 6 do CCP)
4. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

5. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica indicada no n.º 2 do Artigo 6.º, para se pronunciarem no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
6. A audiência prévia dos concorrentes encontra-se dispensada quando tenha sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.
7. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente Artigo.
8. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

Artigo Vigésimo Nono

Adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas nos Artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas;
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte e para, no mesmo prazo, prestar caução nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor.
4. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Artigo Trigésimo

Documentos de habilitação e modo de apresentação

1. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica indicada no n.º 2 do Artigo 6.º, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
2. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP deve ser emitida conforme modelo constante do Anexo III ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante.
3. Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, caso se trate de uma sociedade comercial, apresentar o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21/08. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
4. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14.12, ser apresentados por todos os seus membros.

7. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
8. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
9. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
10. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica indicada no n.º 2 do Artigo 6.º.
11. Juntamente com os documentos de habilitação e caso seja aplicável, o adjudicatário deverá, ainda, apresentar cópia do contrato de consórcio, bem como quaisquer outros documentos que se revelem necessários, comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário.
12. No caso previsto no número anterior o contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, e ainda os poderes especiais para receber das entidades adjudicantes, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

Artigo Trigésimo Primeiro

Caução

1. É exigida ao adjudicatário, nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, a prestação de uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.
2. O valor da caução mencionada no ponto anterior é de 5% do preço contratual
3. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da respetiva notificação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
4. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos definidos no artigo 90.º do CCP, devendo ser adotado, para o efeito, um dos modelos do Anexo IV.

Artigo Trigésimo Segundo

Minuta e outorga do contrato

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 102.º do CCP, nos 3 (três) dias subsequentes à respetiva notificação.
3. O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
4. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.
5. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data, a hora e o meio eletrónico através do qual ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo Trigésimo Terceiro

Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução, se devida, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo Trigésimo Quarto

Informação sobre proteção de dados pessoais

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a Entidade Adjudicante é a responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos neste Artigo, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.
3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente Artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los à Entidade Adjudicante, nos termos previstos no RGPD.
5. De acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir o encerramento do

procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 08.08, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes.

6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:

- a) A exercer perante a Entidade Adjudicante: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email dpo@rgpd-protecaodados.pt) direito de apresentar exposições;
- c) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação;
- d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

Artigo Trigésimo Quinto

Impugnações administrativas

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos regem-se pelo disposto no título VII do CCP e, subsidiariamente, pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo, e devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica indicada no n.º 2 do Artigo 6.º.

Artigo Trigésimo Sexto

Notificações e comunicações

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Artigo Trigésimo Sétimo

Prevalência

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente programa de concurso prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo Trigésimo Oitavo

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

ANEXO II

Minuta da Proposta

..... (indicar nome, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento por Concurso Público para “.....”, a que se refere o anúncio, publicado no e datado de, obriga-se a executar o contrato em conformidade com o constante do presente programa de procedimento, respetivo caderno de encargos e demais anexos, nos seguintes termos e condições: *(em caso de divisão em lotes, identificar os Lotes a que concorre e discriminar os respetivos atributos da proposta)*:

Preço Contratual:

Lote N.º: Total de:€. (numerário e por extenso);

À quantia supra acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o Tribunal de Sertã, Comarca de Castelo Branco, com expressa renúncia qualquer a outro.

... (local), ... (data), ... [assinatura]

ANEXO III

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante, junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

(RETIRAR AQUANDO DO PREENCHIMENTO)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as indicações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO IV

Modelos de Prestação da Caução (se aplicável)

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco _____, à ordem da _____, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros ... € ...

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida para o “Concurso público XXXXXXXXXXXXXXXX”, nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem _____, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco _____, com sede em _____, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de EUR: _____ [por extenso e por algarismos], presta a favor de _____, uma garantia bancária autónoma irrevogável, à primeira solicitação, no valor de EUR _____ [por extenso e por algarismos], correspondente a% (... por cento), destinada a garantir a boa e integral execução e o cumprimento das obrigações que _____ [empresa adjudicatária] assume com a adjudicação e no contrato que com ela a _____ (entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto a aquisição de bens/serviços designada: “Concurso público XXXXXXXXXXXXXXXX”, regulado nos termos da legislação aplicável (artigo 88.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar e a fazer a entrega incondicional irrevogável, sem quaisquer restrições, daquela quantia à primeira solicitação do XXXXXXXXXXXXXXXX, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ [empresa adjudicatária] assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

Esta garantia manter-se-á em vigor até ser cancelada pela beneficiária, mediante comunicação escrita e enviada para o efeito ao banco _____, informando que cessaram todas as obrigações decorrentes do contrato acima especificado, o que deverá ser feito imediatamente após a extinção daquelas obrigações.

Quaisquer questões referentes a esta garantia serão resolvidas de acordo com a legislação portuguesa, sendo o foro competente o de Lisboa, com renúncia expressa de qualquer outro.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A companhia de seguros _____, com sede em _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de EUR: _____ [por extenso e por algarismos], presta a favor da _____ (entidade adjudicante) e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador do seguro], garantia à primeira solicitação, no valor de EUR: _____ [por extenso e por algarismos], correspondente a ...% (... por cento), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [empresa adjudicatária] assume com a adjudicação e no contrato que com ela o XXXXXXXXXXXX vai outorgar e que tem por objeto a aquisição de bens/serviços designada: "Concurso público XXXXXXXXXXXX", regulado nos termos da legislação aplicável (artigo 88º e seguintes do Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da _____ (entidade adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ [empresa adjudicatária] assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

Este seguro manter-se-á em vigor até ser cancelado pela beneficiária, mediante comunicação escrita e enviada para o efeito ao banco _____, informando que cessaram todas as obrigações decorrentes do contrato acima especificado, o que deverá ser feito imediatamente após a extinção daquelas obrigações.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO V

Lista de preços unitários

Ver ficheiro Excel